



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Proc.: 42357/17

Processo nº: 42.357/17-e.

Anexos: PE nº 37/2017* (edoc nº 612844FB)¹
Processo SEI nº 040.000.58335/2017-24**²

Origem: Secretaria de Estado de Fazenda do DF – SEF/DF.

Assunto: Licitação – Pregão .

Data da Abertura: 12.01.2018 às 9:00hs .

Valor estimado: R\$ 39.887.802,50 (trinta meses).

Ementa: Edital do Pregão Eletrônico nº 37/2017 – SEF/DF. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos contínuos em Tecnologia da Informação nos Sistemas da SEF, com provimento de recursos humanos e materiais necessários à execução dos serviços.

Núcleo de Fiscalização de tecnologia da Informação sugere conhecimento do edital, autorização para inspeção a ser realizada no exercício de 2019 e o arquivamento dos autos.

Decisão liminar convergente.

RELATÓRIO

Sob exame, o Edital do Pregão Eletrônico nº 37/2017, lançado pela SEF/DF, em especial sobre os requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência, referente à contratação de serviços especializados em desenvolvimento e sustentação de sistemas na forma de fábrica de *software*, conforme condições e especificações constantes do Edital e seus Anexos.

Avalia-se o Termo de Referência do PE nº 37/2017 à luz da legislação vigente, das orientações emanadas por esta Casa e das normas relativas à contratação de serviços de Tecnologia da Informação.

Procede à seguinte análise do certame:

¹ As folhas deste processo serão referenciadas por meio do símbolo de “*” ao longo da informação.

² **Arquivo associado ao processo.

**Dos Requisitos Formais**

2. Naquilo que se refere aos aspectos formais acerca da licitação em comento, apresenta-se o *checklist* devidamente preenchido e juntado aos autos¹.

Dos Requisitos Técnicos Estabelecidos no Termo de Referência**Do Planejamento da Contratação**

3. Destaca-se a presença, nestes autos, dos artefatos resultantes do estudo realizado pela equipe de planejamento da contratação, nos termos previstos na IN SLTI/MPOG nº 04/2014, a saber:

Artefato da IN SLTI/MPOG nº 04/2014	Folhas nº
Documento de Oficialização da Demanda	1/7**
Estudo Técnico preliminar (análise de viabilidade)	31/48**
Análise de Risco	95/97**
Projeto Básico/Termo de Referência	26/53*

4. Verifica-se que a presente contratação se encontra alinhada com o com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI da SEF/DF 2016/2017, vejamos: (fl. 31**)

2.1 – Alinhamento estratégico

A solução a ser adquirida está alinhada à decisões estratégicas contempladas nos seguintes documentos:

b) Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI/SEF-DF 2016-2017
DESENV -1 Desenvolvimento e manutenção dos sistemas fazendários

Considerando a aderência estratégica, a contratação foi autorizada pelo Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC/SEF-DF por meio do DOD nº 26/2017.

Do Objeto

5. A SEF/DF definiu o objeto do certame como prestação de serviços técnicos especializados aplicáveis ao desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas no modelo "Fábrica de Software", conforme se

¹ Checklist. Arquivo associado ao processo (PT-RoteiroDeAnáliseProcesso42357_17.docx).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Proc.: 42357/17

observa:

LOTE I							
ITENS	Bem/Serviço	Unid.	Qtd Por Mês	Qtd Para 30 meses	Valor Unitário (R\$)	Valor total para 12 meses	Valor Total Para 30 meses (R\$)
1	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	PF	825	24.750	1.067,96802	10.572.883,40	26.432.208,50
2	Sustentação de Sistemas	PFS	30.000	900.000	14,95066	5.382.237,60	13.455.594,00
Totais						15.955.121,00	39.887.802,50

Diretoria de Suprimentos e Licitações – DISUL/SUAG / SEF

53

6. Os itens 1 e 2, objetos da contratação, consistem na prestação de serviços de tecnologia da informação conceituados da seguinte forma (Portaria nº 4-STI/MP¹):

a) Desenvolvimento/Manutenção de Sistemas²: conjunto de atividades a serem executadas com a finalidade de atender às necessidades do órgão ou entidade por meio da implementação de um novo software ou de uma nova funcionalidade, em conformidade com a metodologia de desenvolvimento por ele estabelecida e aplicados os procedimentos necessários à garantia da qualidade para desenvolvimento;

b) Sustentação de Sistemas³: conjunto de atividades necessárias para manutenção continuada de um software cujo principal resultado é manter a disponibilidade, estabilidade e desempenho do software em produção, dentro dos níveis de serviços estabelecidos pelo órgão ou entidade;

7. Verifica-se que o não parcelamento do objeto (Lote único) encontra-se justificado em razão da inviabilidade técnica dos serviços de desenvolvimento e sustentação de sistemas serem prestados por empresas diferentes (fl. 47*).

8. O quantitativo estimado do procedimento licitatório não merece reparo, pois levou em consideração o histórico das demandas dos sistemas a serem sustentados, bem como o percentual de crescimento (fls. 29/30*).

Da Fundamentação da Contratação

9. No tocante à fundamentação da contratação, a SEF/DF relatou que:

¹ Portaria nº 4, de 6 de março de 2017 da STI/MP. Dispõe sobre recomendações técnicas para mensuração de software ou de resultados de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP do Governo Federal.

² Art. 5º da Portaria nº 4, de 6 de março de 2017 da STI/MP.

³ Art. 7º da Portaria nº 4, de 6 de março de 2017 da STI/MP.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Proc.: 42357/17

3.4. A SEF/DF celebrou o primeiro contrato de desenvolvimento e manutenção de sistemas mensurado em pontos de função no ano de 2008. Os contratos por métrica específicas caracterizam uma visão focada em resultado e têm se mostrado ao longo desses últimos nove anos significativamente mais vantajosos que o modelo precedente de contratação por homem-hora. Com a experiência adquirida ao longo da execução dos três contratos mensurados em ponto de função, a SEF/DF vem introduzindo, em cada um deles, os aperfeiçoamentos e adequações necessários ao atendimento de uma conjuntura sempre muito dinâmica e crescentemente complexa.

3.5. É, portanto, no sentido de aperfeiçoamento que se dividiu o objeto deste termo de referência em dois itens distintos, apartando os serviços relativos a desenvolvimento e manutenção de sistemas dos serviços relativos a sustentação dos sistemas legados. Essa divisão é inédita em nossos contratos anteriores, mas já está bem disseminada em Editais públicos recentes.

3.6. Essa inovação se deve a observações práticas da ineficácia da aplicação da métrica tradicional nos serviços de sustentação, em função dos seguintes motivos:

3.6.1. Os serviços de “Sustentação de sistemas”, especialmente aqueles que tratam de falha ou mau desempenho de sistema em produção, ou mesmo, pequenas demandas de manutenção, necessitam atendimento imediato para o qual deve-se contar com equipe qualificada e com disponibilidade exclusiva para esse tipo de atendimento;

3.6.2. Trata-se, via de regra, de serviços de pequeno tamanho funcional, produzindo métrica incompatível com o esforço realizado e ônus de execução e gestão substancial;

3.6.3. Nos casos de sustentação de ambiente e melhoria de desempenho, os serviços não são mensuráveis em ponto de função, introduzindo fatores de subjetividade à execução do contrato;

3.6.4. A formação de equipes mistas para atender, tanto demandas de desenvolvimento/manutenção, como de sustentação, acaba por preterir as primeiras em função do caráter imperativo e urgente das últimas.

3.7. Pelos motivos expostos acima, optou-se pela adoção do modelo de contratação de sustentação por ponto de função sustentado. Esse modelo visa gerar maior eficiência do contrato otimizando o fluxo de atendimento das demandas de sustentação e, especialmente, garantindo a disponibilidade, estabilidade e desempenho dos sistemas críticos da SEF/DF. Por outro lado, a adoção de métricas específicas conjugadas aos níveis mínimos de serviços, mantém o princípio do foco em resultado.

10. Observa-se que a justificativa para a adoção do modelo de contratação de serviços de sustentação de sistemas encontra amparo na legislação pertinente ao assunto, vejamos: (Art. 8º da Portaria nº 04, de 6 de março de 2017, da STI/MP)

“... Em serviço de sustentação de software, é recomendada a utilização de critérios para mensuração dos resultados que utilizem indicadores de nível de serviço e o pagamento fixo mensal baseado no tamanho dos sistemas sustentados e na base histórica de manutenções demandadas pelo órgão ou entidade.”

11. No entanto, considerando que a métrica adotada para os serviços de sustentação de sistemas é inovadora na jurisdição, sugere-se a esta Corte de Contas desde já autorizar que este NFTI realize procedimento fiscalizatório de inspeção, a ser realizado no exercício de 2019, com a finalidade de verificar a efetividade do modelo adotado para a mensuração dos serviços de sustentação de sistemas (pagamento fixo mensal baseado no tamanho dos sistemas sustentados e na base histórica de manutenções demandadas pelo órgão/entidade com utilização de indicadores de níveis de serviços a serem cumpridos), no que concerne, principalmente, a relação entre os recursos alocados x esforço despendido na execução das tarefas a serem realizadas.

Da Modalidade de Licitação



12. Ao optar pela utilização do pregão eletrônico como forma de seleção do fornecedor, a jurisdição observou orientação expressa no art. 9º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.174/2010, recepcionado pelo Decreto Distrital nº 37.667/2016, bem como jurisprudência desta Corte de Contas¹, vez que a modalidade pregão é comumente utilizada para a contratação de serviços de desenvolvimento/manutenção de sistemas.

Requisitos da Contratação

13. Verifica-se que os serviços foram detalhados com os requisitos mínimos indispensáveis à execução do objeto pretendido (fls. 31/45*), em especial ao ambiente da contratante (fl. 31*), metodologia de desenvolvimento de sistemas (fls. 69/83*) e qualificação profissional (fls. 58/61*).

14. Destaca-se, ainda, a presença no Termo de Referência de Prova de Conceito – POC (fls. 51/52*), para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, nos termos da Decisão TCDF nº 1675/2013 e do art. 18, alínea “h”, do Inciso i da IN nº 04/2014-SLTI/MPOG.

Do Modelo para Prestação dos Serviços

15. Observa-se que a SEF/DF definiu a métrica “Ponto de Função” para a remuneração dos serviços de desenvolvimento/manutenção de sistemas e ao cumprimento de níveis mínimos de serviços especificados no Edital (fl. 39*), em conformidade com a jurisprudência desta Corte de Contas², vejamos:

9.5.1.5 A mensuração dos serviços será vinculada ainda ao grau de cumprimento dos níveis mínimos de serviço (NMS) especificados neste Edital

9.5.1.6 A SEF/DF pagará somente pelos produtos e serviços efetivamente realizados, verificados e aceitos conforme as métricas e os padrões estabelecidos neste edital. Os serviços serão mensurados utilizando-se a técnica de Análise em Pontos de Função de acordo com as especificações contidas no Function Point Counting Practices Manual (CPM), versão 4.3.1, publicado pelo IFPUG – International Function Point Users Group (www.ifpug.org).

16. Verifica-se, ainda, a aplicação de um fator de correção por serviço mensurado em pontos de função (fls. 39/40*), conforme prática estabelecida pela NESMA (*Netherlands Software Metrics Users Association*).

17. Para os serviços não contemplados pela métrica de Análise de Ponto de função - APF, a contratante definiu uma tabela de itens não mensuráveis (fls. 56/57*), em conformidade com o item II.c da Decisão TCDF nº 4287/2010.

18. Registra-se que a SEF/DF atribuiu o valor 1,00 ao fator de ajuste no cálculo da remuneração dos serviços de desenvolvimento/manutenção de sistemas medidos em pontos de função (fl. 39*), nos termos do item II.f da Decisão TCDF nº 4287/2010.

¹ Decisões nº 3.433/2011, 3.803/2012 e 469/2013.

² Decisões TCDF nºs 1294/2009, 259/2010, 5413/2010, 3929/2011, 1491/2014 e 1301/2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Proc.: 42357/17

19. Conforme mencionado no §11 desta Informação, a jurisdição adotou prática recomendada pela STI/MP¹ para mensuração dos serviços de sustentação de sistemas, vejamos: (fl. 41*)

9.5.2.1 A sustentação de sistemas será mensurada mensalmente pelo produto do valor do Ponto de Função de Sustentação (PFS) contratado e a soma dos tamanhos funcionais dos sistemas sustentados, descontados os percentuais relativos a eventual descumprimento dos níveis mínimos de serviço (NMS) estabelecidos neste Edital.

Da Qualificação Técnica

20. No tocante à qualificação técnica exigida (fl. 14*), observa-se os seguintes requisitos exigidos, vejamos:

11.1.3. Qualificação Técnica

- a) Certificado válido que comprove CMMI Nível 3 ou superior ou MPS-BR Nível C ou superior, conferido ao menos a 1(uma) unidade da empresa;
- b) Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente compatível em características com o objeto desta licitação, por intermédio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado do respectivo contrato, comprovando, em um ou mais atestados, ter a licitante executado de forma satisfatória, serviços semelhantes e compatíveis em características com o objeto definido neste edital, seguindo os seguintes parâmetros:
 - i) A prestação de serviços que comprovem desenvolvimento e manutenção em linguagens de alta plataforma, baixa plataforma e arquitetura em três camadas, para desenvolvimento de rotinas Batch e On-line, com esforço mínimo de 4.950 (quatro mil novecentos e cinquenta) pontos de função/ano, com um mínimo de 1.000 (mil) Pontos de Função para cada modalidade;
 - ii) Experiência no modelo iterativo e incremental RUP (Rational Unified Process) ou similar para a prestação de serviço a que se refere o item anterior, com esforço mínimo de 4.950 (quatro mil novecentos e cinquenta) pontos de função/ano;
 - iii) Experiência na prestação de serviços técnicos de medição de software, utilizando Acordo de Nível de Serviço (ANS).

21. No tocante ao fornecimento de atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a “proponente” tenha executado objeto compatível com o da presente licitação, verifica-se que não há restrição à competitividade do certame, vez que se limita a comprovação de execução de até 50% (4.950 pontos de função) da estimativa de consumo anual do objeto licitado (9.900² mil pontos de função), nos termos das Decisões TCDF nºs. 1270/14 e 1491/14.

22. Entende-se aceitáveis as exigências de certificado válido que comprove CMMI³ nível 3 ou superior ou MPS-BR⁴ nível C ou superior, bem

¹ Portaria nº 04, de 6 de março de 2017, da STI/MP - Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento.

² Estimativa mensal de consumo 825 PF * 12 meses = 9.900 PF anual.

³ O CMMI (Capability Maturity Model Integration ou Modelo Integrado de Maturidade em Capacitação) é um modelo de referência que contém práticas (Genéricas ou Específicas) necessárias à maturidade em disciplinas específicas da Engenharia de Sistemas.

⁴ O MPS.BR, Melhoria do Processo de Software Brasileiro, é um programa da Softex com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Com início em dezembro de 2003, o programa tem como objetivo melhorar a capacidade de desenvolvimento de software, serviços e as práticas de gestão de RH na indústria de TIC.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Proc.: 42357/17

como experiência na prestação de serviços no modelo RUP¹ e em serviços técnicos de medição de software, considerando o atual estágio de maturidade do processo de desenvolvimento de software da SEF/DF (fl. 28*).

Da Estimativa do Preço dos Serviços

23. Quanto à estimativa de preços dos serviços a serem contratados, consta dos autos (fl. 292**):

a. duas propostas comerciais:

FORNECEDORES			CAST	STEFANINI
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Unitário
1	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	14.000 PF	R\$ 1.498,34	R\$ 1.288,88
2	Sustentação de Sistemas	360.000 PF	R\$ 20,98	R\$ 18,04

b. e quatro preços públicos:

ADM. PÚBLICA (PREÇOS PÚBLICOS)			PE 3/2013 SEF/DF	PE 2/2014 Telebrás	PE 328/7066- 2016 Caixa	PE 330/706 6-2016 Caixa
Item	Descrição	Qtd.	Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário	Valor Unitário
1	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	14.000 PF	R\$ 731,07	R\$ 973,64	R\$ 1.187,58	R\$ 1.158,60
2	Sustentação de Sistemas	360.000 PF	R\$ 10,23	R\$ 13,63	R\$ 16,63	R\$ 16,22

24. Para fins de balizamento de preços, foram utilizados os quatros preços públicos e uma proposta comercial (ambos em negrito nas tabelas acima), o que resultou nos seguintes valores médios estimados:

¹ O RUP, abreviação de **Rational Unified Process** (ou Processo Unificado da Rational), é um processo proprietário de Engenharia de software criado pela Rational Software Corporation, adquirida pela IBM, ganhando um novo nome **IRUP** que agora é uma abreviação de **IBM Rational Unified Process** e tornando-se uma *brand* na área de Software, fornecendo técnicas a serem seguidas pelos membros da equipe de desenvolvimento de software com o objetivo de aumentar a sua produtividade no processo de desenvolvimento.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Proc.: 42357/17

Item	Descrição	Quantidade	Média Final Valor Unitário	Valor Estimado Anual
1	Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	14.000 PF	R\$ 1.067,96802	14.951.580,00
2	Sustentação de Sistemas	360.000 PF	R\$ 14,95066	R\$ 5.382.237,60

25. Entende-se que a pesquisa de preços realizada se encontra em consonância com os valores praticados no mercado e com valores de contratações efetivadas pela Administração Pública. Critério este que não merece reparo.

Elementos de Gestão de Contratos

26. No tocante à presença de elementos de gestão contratual, foram definidos os mecanismos formais de comunicação (fls. 37/38*), critérios de pagamento dos serviços prestados (fls. 38/43*) e níveis mínimos para os serviços a serem prestados (fls. 42/45*).

Conclusões e Sugestões

27. Considerando o exame realizado no edital do Pregão Eletrônico nº 37/2017 – SEF/DF, não foram encontradas irregularidades que representem óbice ao prosseguimento do certame.

28. Em face do exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento do Edital do Pregão Eletrônico nº 37/2017 – SEF e seus anexos;
- II. autorizar:
 - a) procedimento fiscalizatório de inspeção a ser realizado por este NFTI, no exercício de 2019, em autos apartados, com a finalidade de verificar a efetividade do modelo adotado para a mensuração dos serviços de sustentação de sistemas (pagamento fixo mensal baseado no tamanho dos sistemas sustentados e na base histórica de manutenções demandadas pelo órgão/entidade com utilização de indicadores de níveis de serviços a serem cumpridos), no que concerne, principalmente, a relação entre os recursos alocados x esforço despendido na execução das tarefas a serem realizadas;
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

É o Relatório.



VOTO

Sob exame, o Edital do Pregão Eletrônico nº 37/2017, lançado pela SEF/DF, em especial sobre os requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência, referente à contratação de serviços especializados em desenvolvimento e sustentação de sistemas na forma de fábrica de *software*, à luz da legislação vigente, das orientações emanadas por esta Casa e das normas relativas à contratação de serviços de Tecnologia da Informação.

A sessão de abertura das propostas está prevista para o dia 12/01/2018 às 9:00hs e o preço estimado do objeto é de R\$ 39.887.802,50 (trinta e nove milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e dois reais e cinquenta centavos) em trinta meses.

A análise proferida pelo Núcleo de Fiscalização de tecnologia da Informação não indicou existência de falhas próprias da fase preparatória do certame que pudessem requerer adoção de providências por parte do Tribunal.

Nesse sentido, propõe ao Plenário tomar conhecimento do Edital do Pregão Eletrônico nº 37/2017, autorizar inspeção a ser realizada no exercício de 2019 e o arquivamento dos autos sem prejuízo de futuras averiguações.

Em casos como este em que o feito demanda exame célere, há a necessidade de prolação de decisão liminar, por estar o Plenário com suas atividades interrompidas desde o dia 16.12.17, em razão de recesso regimental.

Pelo exposto, acompanho a Informação nº 65/2017, com base no art. 277 c/c art. 16, inciso XIV, do Regimento Interno do TCDF, **ad referendum** do egrégio Plenário, **DECIDO**:

I - tomar conhecimento do Edital do Pregão Eletrônico nº 37/2017 – SEF e seus anexos;

II - autorizar:

a) o procedimento fiscalizatório de inspeção a ser realizado pelo NFTI, no exercício de 2019, em autos apartados, com a finalidade de verificar a efetividade do modelo adotado para a mensuração dos serviços de sustentação de sistemas (pagamento fixo mensal baseado no tamanho dos sistemas sustentados e na base histórica de manutenções



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Proc.: 42357/17

demandadas pelo órgão/entidade com utilização de indicadores de níveis de serviços a serem cumpridos), no que concerne, principalmente, à relação entre os recursos alocados x esforço despendido na execução das tarefas a serem realizadas;

- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para fim de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

Brasília (DF), 29 de dezembro de 2017.

ANILCÉIA MACHADO

Presidente



Processo nº: 42.357/17-e.

Anexos: PE nº 37/2017* (edoc nº 612844FB)¹
Processo SEI nº 040.000.58335/2017-24**²

Origem: Secretaria de Estado de Fazenda do DF – SEF/DF.

Assunto: Licitação – Pregão.

Data da Abertura: 12.01.2018 às 9:00hs.

Valor estimado: R\$ 39.887.802,50 (trinta meses).

Ementa: Edital do Pregão Eletrônico nº 37/2017 – SEF/DF. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos contínuos em Tecnologia da Informação nos Sistemas da SEF, com provimento de recursos humanos e materiais necessários à execução dos serviços.

Núcleo de Fiscalização de tecnologia da Informação sugere conhecimento do edital, autorização para inspeção a ser realizada no exercício de 2019 e o arquivamento dos autos.

Decisão liminar convergente.

DECISÃO LIMINAR nº 038/2017 - P/AT

A Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, **ad referendum** do Plenário, em acordo com a unidade técnica de instrução, e com espeque no art. 277, c/c art. 16, inciso XIV, do Regimento Interno do Tribunal, DECIDE:

- I - tomar conhecimento do Edital do Pregão Eletrônico nº 37/2017 – SEF e seus anexos;
- II - autorizar:
 - a) o procedimento fiscalizatório de inspeção a ser realizado pelo NFTI, no exercício de 2019, em autos apartados, com a finalidade de verificar a efetividade do modelo adotado para a mensuração dos serviços de sustentação de sistemas (pagamento fixo mensal baseado no tamanho dos

¹ As folhas deste processo serão referenciadas por meio do símbolo de “*” ao longo da informação.

² **Arquivo associado ao processo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Proc.: 42357/17

sistemas sustentados e na base histórica de manutenções demandadas pelo órgão/entidade com utilização de indicadores de níveis de serviços a serem cumpridos), no que concerne, principalmente, à relação entre os recursos alocados x esforço despendido na execução das tarefas a serem realizadas;

- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para fim de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

Brasília (DF), 29 de dezembro de 2017.

ANILCÉIA MACHADO
Presidente